

O SUS de Camille Paglia

1* AGO 1996

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

Nenhum país oferece um palco tão adequado como o nosso para a antifeminista, autoclassificada, homossexual, voyer, revolucionária e iconoclasta, Camille Paglia. A cabeça ardilosa dessa senhora, usa distorções marginais e não prevalentes do movimento feminista - absolutamente necessário para o fim do processo de dominação e discriminação da mulher - para ridicularizá-lo e descaracterizá-lo. É o caso típico do pênis; houve época, nos primórdios do feminismo, em que alguns ativistas, querendo se liberar da dominação masculina, faziam elogios e promoviam a masturbação, porque desta forma não estariam dependentes desse instrumental masculino. Foi um extremismo maniqueísta distorcido, que Camille Paglia generaliza e ridiculariza quando diz que é a favor, como se a feministas fossem contra.

É o caso típico da crítica que se faz ao Sistema de Saúde brasileiro. Toma-se distorções, fraudes, equívocos e péssimo atendimento (vide Caruaru e Santa Genoveva), da terceirização da saúde que não é o SUS e generaliza-se essa crítica para o SUS, que deixou de existir a partir de 1990, no momento em que o sistema foi recentralizado e que se delegou para hospitais privados lucrativos 80% da assistência médica hospitalar do País, terceirizando a saúde dos brasileiros pobres, como se terceiriza limpeza ou segurança, de uma firma qualquer.

É impossível solucionar essa questão, sem uma discussão absolutamente bem informada que evite sofisticados desonestos e perigosos.

O grande mal do Sistema de

Saúde vem, não da falta de recursos mas, da má utilização dos mesmos. Coloca-se 30% do Orçamento para pagar hospitais privados, contratados, na maioria das vezes, desnecessariamente, e para os quais se paga R\$ 2,00 por uma consulta e R\$ 190,00 por uma cesárea, incluindo aí despesas hospitalares, médicas e outras. É impossível sobreviver com os recursos que lhe são pagos por procedimentos que dão despesas de cinco a dez vezes maiores. Com isso passam a fraudar, atender mal e não atender os pacientes que mais necessitam que são enviados ao Sistema Público que está ocioso e sucateado por falta de gerenciamento e recursos. Gera-se um ambiente de farsa (os doentes realmente necessitados, não são atendidos porque dão prejuízo), fraude (que é quase sobrevivência para esses hospitais) e hipocrisia (todos sabem e nada se faz).

O que é pior, como uma grande parte do recurso vai para esse saco sem fundo, o Sistema Público é desfinanciado, e como consequência temos hospitais públicos enormes, bem equipados mas, sucateados, com trabalhadores de saúde bem intencionados, porém, não treinados e mal pagos. O produto final são instituições públicas de Saúde ociosas, sucateadas e com má qualidade na prestação dos poucos serviços que oferecem, tudo isso dentro de um sistema absolutamente centralizado, o que gera uma total anarquia.

É evidente que críticas sempre vêm com objetivos definidos. Não sei qual é o de Camille Paglia ao querer destruir o feminismo, mas sei muito bem qual é o dos críticos do SUS ao querer destruí-lo por aquilo

que ele não é, para nunca mais termos um Sistema Público de Saúde do Brasil. Afinal de contas, 20 bilhões por ano abre o apetite de muita gente.

É fundamental, que não nos deixemos desinformar e enganar por essas críticas mal intencionadas, e que tomando o caminho correto, descentralizemos o sistema, reinserindo a saúde na tessitura social das pequenas comunidades. A avaliação, normatização do controle continuarão com o Ministério e os Estados mas devem estar próximos dos sistemas locais em escritórios técnicos competentes e regionalizados. É necessário que coloquemos para funcionar bem o grande e bem distribuído aparelho de saúde que existe nesse país, valorizando os recursos humanos e utilizando os recursos da terceirização, perdulária e fradulenta, no sistema público de saúde, que poderá assim atender, mesmo com orçamento limitado, à população pobre desse País de uma maneira digna e eficiente. Infelizmente estamos caminhando no sentido contrário. Há poucos dias redicionou-se 60% da verba de saneamento básico do Ministério para pagamento de hospitais terceirizados.

O terceiro ponto, além da descentralização e da manutenção do caráter público do sistema, é a priorização das ações de educação e prevenção, que com menos recursos, tem um impacto maior sobre a qualidade de vida.

José Aristodemo Pinotti, professor titular de Ginecologia da USP, ex-secretário da Saúde e da Educação do Estado de São Paulo, é deputado pelo PMDB-SP.